

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SOCIAL (CIAGS)

**FOMENTO E CAPACITAÇÃO EM METODOLOGIAS NÃO
CONVENCIONAIS PARA A GESTÃO SOCIAL**

Projeto de Pós-Doutorado Sênior aprovado pelo CNPq,
n. de processo: 151675/2007-4

Valeria Giannella

SINTESE DO PROJETO

A abordagem participativa à construção de políticas públicas é uma tendência que, apesar do modismo que lhe diz respeito, confirma-se a cada vez mais como um caminho obrigado em sociedades cuja complexidade e fragmentação rendem impossível pensarmos em estratégias de governo simplesmente autoritárias e desenhadas “de cima para baixo”. Contudo, a opção para a participação ao invés de ser uma solução é apenas a indicação de uma direção preferencial que, aliás, traz consigo um emaranhado de problemas que desafiam os padrões mais consolidados de pensar o *policy-making*, os papéis que nele têm os atores-chave (públicos, privados e comunitários), assim como a maneira de conceber os currículos aptos a formar os novos profissionais que estamos precisando.

O desafio implícito no objetivo de “democratizar radicalmente a democracia”, quer dizer de perseguir uma inclusão radical dos sujeitos na construção e implementação das políticas públicas que lhes dizem respeito, é tamanho, sendo a um tempo de natureza epistemológica e prática. Epistemológica porque destitui a posição de supremacia absoluta da racionalidade técnico-científica com respeito a outras formas possíveis; prática porque alude a um campo de saberes e competências amplamente inovadoras e tentativas que é nossa tarefa contribuir a definir.

. Antes de avançar na descrição do projeto é necessário, identificar qual é o foco privilegiado de minha observação. Os que eu chamo de “contextos de exclusão radical”, são aqueles em que os sujeitos não têm acesso aos direitos humanos básicos: alimentação saudável, moradia digna, educação de qualidade, valorização pessoal e da cultura de origem. O trabalho destes sujeitos depende frequentemente de clientelas ou

nepotismo, quando não de iniciativas informais ou ilegais. O consumo, única religião unificante de nosso tempo, está fora de alcance e a compreensão dos mecanismos de funcionamento do sistema em que (sobre)vivem ultrapassa normalmente a sua capacidade de interpretação. As próprias propostas participativas, na maioria dos casos, chegam falando de um mundo desconhecido, pois conceitos como os de bem público, ética, justiça, mal fazem sentido para tais sujeitos. Os apelos à racionalidade linear e abstrata, ao cálculo racional, às possibilidades de projeção no futuro, resultam fracos e contraditórios frente a vivência do dia a dia. Patentemente, códigos e conceitos dominantes na esfera pública reforçam a mensagem global da exclusão para confirmá-la mais uma vez. A urgência da inclusão destes sujeitos é incontornável, mas, por outro lado, estamos num impasse evidente pelo que diz respeito às formas e os métodos para isso acontecer¹.

Nossa tarefa então, a universalização do acesso à cidadania e de inclusão de sujeitos leigos na esfera pública, se bate em tamanhas dificuldades. Por um lado as perguntas estão postas: qual será a estratégia capaz de motivar para a ação e o compromisso na esfera pública sujeitos do tipo descrito acima? Como mobilizar sonhos de transformação de si próprio e da realidade externa? Como instigar a revolta contra a injustiça, a exploração e o descaso, a paixão pela beleza e harmonia, o desejo de solidariedade com e pertencimento ao humano? Uma hipótese que encontra crescente atenção, em diversos campos disciplinares, é que não serão nem a racionalidade linear e abstrata nem o cálculo utilitarista sozinhos que nos adiantarão na tarefa e sim o despertar do *ser humano integral*, com seu cabedal de sonhos e valores, com seus anseios por reconhecimento e amor, com suas atitudes emotivas, sensitivas e artísticas. A questão, portanto, é: como atingir o nível em que nossa empatia pelo sofrimento do outro e nossa revolta contra a injustiça estarão amplificadas? Em que as capacidades reflexiva e analítica estarão ampliadas e o pensamento transformador autorizado? E, finalmente, como fazer com que a capacidade humana de se pensar em outros futuros esteja legitimada e praticada?

Tudo quanto dito até aqui seria impensável se não for com base num paradigma de marco pós-positivista. Um paradigma que objetiva a recomposição das fraturas clássicas que o positivismo nos deixou como legado histórico, entre teoria e prática, razão e emoção, mente e corpo, ciência e arte. Uma visão que trilha um caminho de mão dupla entre estas polaridades que não precisamos mais pensar irreconciliáveis, visando, finalmente, uma unidade possível. De acordo com estas considerações este projeto se articula em duas vertentes: uma primeira, de reflexão teórica, que vai alimentar e ser alimentada por uma segunda de caráter empírico, que observará práticas concretas e suas formas de condução.

Pelo que diz respeito à primeira dimensão, meu objetivo será definir um marco teórico com vista a recomposição das polaridades citadas acima e capaz de guiar a

¹ Aliás, como já salientado, estas condições extremas simplesmente enfatizam problemas comuns em nossas sociedades contemporâneas. Apesar de ser um assunto controverso, é difícil ignorar os sinais de empobrecimento da esfera pública por conta do individualismo exacerbado, do fatalismo e da descrença em qualquer projeto de transformação social e político. Ao mesmo tempo são inúmeros também os autores que chamam atenção para a crescente necessidade de participação e de expressão de si próprios dos sujeitos contemporâneos. Talvez estas sejam considerações incompatíveis apenas num modelo linear de interpretação do social e da sua complexidade.

construção participativas de políticas públicas. Estarei usando a analogia entre processo participativo e processo criativo multi-atorial como metáfora geratriz para o meu propósito. O que a analogia traz consigo é que, diferentemente do que na visão tradicional, a metodologia que estrutura o processo não é pensada como seqüência prefixada de etapas, claramente distintas e governadas por uma racionalidade linear e instrumental. Ela se aproxima muito mais de um processo artístico, quer dizer, desconhece a relevância do paradigma do controle; valoriza cada elemento presente no contexto local; visa aprender com o imprevisto transformando-o em ocasião de aprendizado e inovação; aposta, finalmente, na capacidade do gestor social ser um bom “improvisador”, sem perder completamente, por conta disso, o senso da direção e a noção do objetivo geral.

A respeito da segunda dimensão, movemos do reconhecimento de que uma inteira família de novas metodologias está emergindo gradativamente para enfrentar os novos desafios. São as que eu chamo de “Metodologias não Convencionais”, quer dizer todas aquelas usadas correntemente para guiar trabalhos de grupo, para a construção interativa de conhecimento, para valorização do saber prático e tradicional e das competências de todos os incluídos nos processos, para fazer ponte entre razão e emoção e mobilizar na esfera pública (como apontado acima), o ser humano integral. São metodologias que admitem a existência não apenas de uma e sim de muitas racionalidades, não apenas de uma e sim de muitas visões possíveis, normalmente desconsideradas e desprovidas de qualquer valor. Estas ferramentas, apesar do uso extensivo que estão conhecendo, ainda sofrem de muita ambigüidade em termos de fundamentação teórica, como se o objetivo de ir além do legado determinista e dualista do positivismo fosse audacioso demais para ser denunciado e ser levado a cabo coerentemente.

Assim, o primeiro objetivo deste projeto, que consiste na definição de um marco teórico relevante para as condições atuais de nossas práticas, está relacionado igualmente ao fortalecimento e à legitimação deste instrumental. Imediatamente conectado vem aí o segundo objetivo do projeto, que é o de mapear o uso de técnicas artísticas (teatro, dança, música, fotografia...), como recurso estratégico para a inclusão na esfera pública de sujeitos radicalmente excluídos. Cabe apenas acrescentar que, falando em arte se entende aqui não apenas uma prática de fruição estética passiva e sim aqueles processos criativos, de conscientização e refletividade, que envolvam ativamente enquanto protagonistas os cidadãos instigando-os a análise da realidade e à investigação de outras maneiras do mundo ser, amanhã.

Muito acontece nesse sentido no Brasil e no mundo, assim que será impossível qualquer pretensão de esgotar o universo das práticas. O intuito razoável e relevante a um tempo será então o de construirmos mapas, de reconhecermos famílias de práticas, tendências e tipos de êxitos esperáveis. Ficando cientes, aliás, que estamos trilhando caminhos até hoje inexplorados e que a única forma de avançar é de tentar, errar, aprender e tentar de novo.

Abril de 2008, Salvador, Bahia, Brasil.